

Roteiro de Apresentação do Relatório Descritivo Prêmio Mario Covas 2009

Identificação

Título: Município Verde Azul

Nome da(s) instituição(ões) envolvida(s): Secretaria do Meio Ambiente, com suas quatro coordenadorias – Biodiversidade e Recursos Naturais, Educação Ambiental, Planejamento Ambiental e Recursos Hídricos, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Fundação Zoológico, Fundação Florestal e os Institutos de Pesquisa – Florestal, Geológico e Botânico

Área de Aplicação: Chefia de Gabinete - Núcleo Município Verde Azul. Aplicação nos 645 municípios do Estado de São Paulo

Nome do responsável pela inscrição e dos integrantes da equipe: Ubirajara Guimarães, Carolina Assis Martins, Mariana de Oliveira Gianiaki e Roberta Buendia Sabbagh

Membros da equipe: Ana Cristina Freitas de Araujo; Ana Luiza Borja Ribeiro Lima; Carlos Alberto Machado Rodrigues; Cláudio José Silveira; Débora Marcondes Martins Fontes; Dione Zangelmi Abrahão Pradella; José Walter Figueiredo Silva; José Ricardo Lopes; Keila Staiger; Liliana Inês Werner; Mariana de Oliveira Gianiaki; Marta Teresa Deucher; Maria Alice Simões Blanco; Maria Ribeiro Giraldes de Assumpção; Miguel Porto Neto; Rodrigo Veloso Arcediacono; Rosemeire Ceretti; Sebastião Santo Caxeta; Sílvia Regina Ortiz Amaral Carpinelli; Teresa Almeida da Silva; Thereza Câmara Chini Nisi; Regiane Wosniak Bispo, Ubirajara Guimarães

Categoria: Excelência em Gestão Pública

Problema enfrentado ou oportunidade percebida e solução adotada

Radicalizar a agenda ambiental no Estado de São Paulo e investir na capacidade de gestão: essa foi a proposta de trabalho formulada desde o início por este governo. Para garantir qualidade ao desenvolvimento paulista, é necessário tornar efetiva a bandeira da sustentabilidade, com uma gestão eficiente do meio ambiente, com resultados concretos, mensuráveis, em absoluta transparência de ação.

A aplicação deste conceito de sustentabilidade, na realidade, exige uma série de medidas por parte do poder público, por meio da elaboração de políticas públicas, de forma que

a busca por melhores condições de vida esteja associada à preservação ambiental e a uma política econômica compatível.

O ambientalismo brasileiro teve três fases: a afirmação pela denúncia, nos anos 70 e 80; a institucionalização nos anos 80 e 90 e, atualmente, está na terceira, na busca por uma boa gestão ambiental, e esta é a prioridade da política ambiental do Governo de São Paulo, focando em ações efetivas e concretas. A atuação é direcionada para valorizar a gestão ambiental e a superação das divergências em nome dos bons resultados para o ambientalismo estadual e consequentemente, o nacional..

Desde fevereiro de 2007, quando o IPCC divulgou seu primeiro relatório sobre as mudanças climáticas globais, a sociedade despertou definitivamente para a questão ambiental. Governos, empresas e sociedade perceberam, mais claramente, a necessidade de investir no desenvolvimento sustentável, associando as questões ambientais, sociais e econômicas.

Neste momento em que ganha força a preocupação com o futuro do planeta, as estratégias da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo não poderiam deixar de contemplar a questão das mudanças climáticas e os reflexos do aquecimento global na biodiversidade e na economia.

Para a concretização desta agenda ambiental pressupõe-se a participação, de forma descentralizada e co-responsável, dos municípios paulistas, das entidades ambientalistas e dos empreendedores da iniciativa privada. Toma-se por princípio que o estabelecimento de parcerias sempre permite maiores avanços na qualidade ambiental e no desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

Desde o início desta gestão, as ações da Secretaria têm sido centradas na concretização de uma agenda composta por 21 Projetos Ambientais Estratégicos, visando o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do cidadão e aprimorar a gestão ambiental do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Desta agenda ambiental, os 21 Projetos Ambientais Estratégicos são: Aquíferos; Cenários Ambientais 2020; Cobrança do Uso da Água; Criança Ecológica; Desmatamento Zero; Ecoturismo; Esgoto Tratado; Etanol Verde; Fauna Silvestre; Gestão de Unidades de Conservação; Licenciamento Unificado; Lixo Mínimo; Mananciais: Guarapiranga, Billings e Cantareira; Mata Ciliar; Município Verde; Onda Limpa; Pesquisa Ambiental; Reforma Administrativa; Respira São Paulo; São Paulo Amigo da Amazônia; Serra do Mar.

Neste contexto da importância da participação de diferentes *stakeholders* na política ambiental, descentralizar a execução das políticas ambientais para os municípios, por meio de um processo de planejamento e capacitação destes entes federativos, fortalecendo o papel do

estado de formulador de políticas públicas, passam a ser as duas principais motivações do Projeto Município Verde Azul.

Esta atuação está relacionada com o fortalecimento das competências no que diz respeito à proteção do meio ambiente, combate a poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, da fauna e da flora. De acordo com o Artigo 23 da Constituição Federal de 1988 estas competências são comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Constituição Federal de 1988 teve um papel importante ao determinar a descentralização de diversas políticas públicas setoriais – como saúde, educação e meio ambiente – entre os entes federativos, como, a esfera municipal.

Após quase duas décadas esta tendência tem se fortalecido, mas na gestão ambiental ainda deixa a desejar. A falta de proximidade e a capilaridade no relacionamento entre o órgão estadual e os municipais não permitia, até então, o avanço e o desenvolvimento de políticas públicas que agregassem a qualidade socioambiental e o atendimento das demandas da população.

O município é fomentado e habilitado para o exercício da política ambiental, com foco em soluções locais e melhoria efetiva da qualidade ambiental, num contexto global, com avanços estaduais e resultados municipais, fortalecendo a descentralização da gestão pública nesta temática.

O Município Verde Azul trata-se de um projeto ambiental que quebra paradigmas por suas ações sistêmicas que fomentam a participação municipal na política ambiental, ao mesmo tempo em que demanda uma atuação unificada e articulada do Sistema de Meio Ambiente que conta hoje com 12 órgãos. Em contrapartida, oferece a possibilidade da priorização no acesso aos recursos públicos da Secretaria do Meio Ambiente àqueles municípios que se responsabilizam pela política ambiental no local.

Três aspectos importantes na concretização do Projeto Município Verde Azul:

- Atuação em parceria, numa gestão compartilhada com as prefeituras, concretizando o disposto no artigo 23 da Constituição Federal/88, proporcionando um planejamento mais adequado aos interesses e peculiaridades de cada município;
- A implementação do planejamento ambiental integrado;
- Integração dos projetos das diferentes áreas da Secretaria do Meio Ambiente e de seus órgãos vinculados.

O principal objetivo dessa proposta de governo é a descentralização da política ambiental, na busca pela participação dos municípios, dos órgãos legislativos e sociedade civil no processo

de gerenciamento ambiental local, incorporando esta questão nas agendas político-administrativas de cada municipalidade.

O compromisso voluntário da Prefeitura Municipal ocorre com a adesão ao Protocolo Verde Azul, que incorpora no território sob sua jurisdição, o planejamento e a gestão ambiental visando à melhoria da qualidade ambiental e social de seu município, tomando por base 10 Diretivas Ambientais, estabelecidas para esse fim.

A adesão é realizada, impreterivelmente, com a assinatura do Prefeito, com o testemunho de pelo menos um Vereador e um representante da sociedade civil.

As 10 Diretivas Ambientais propostas no Protocolo e seus objetivos gerais são:

1. ESGOTO TRATADO - Realizar a coleta e o tratamento de esgoto doméstico;
2. LIXO MÍNIMO - Eliminar até 2010 os lixões a céu aberto, promovendo a coleta seletiva e reciclagem;
3. RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES - Ampliar e recuperar as matas ciliares existentes;
4. ARBORIZAÇÃO URBANA - Aprimorar as áreas verdes municipais, visando atingir 25 m² por habitante;
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Implementar programa de educação ambiental na rede de ensino municipal;
6. HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL - Definir critérios de sustentabilidade nas obras e construções municipais;
7. USO DA ÁGUA - Implantar programa municipal contra o desperdício de água;
8. POLUIÇÃO DO AR - Auxiliar o governo no combate da poluição atmosférica;
9. ESTRUTURA AMBIENTAL - Criar um Departamento ou Secretaria municipal de meio ambiente;
10. CONSELHO AMBIENTAL - Constituir o Conselho de Meio Ambiente, envolvendo a comunidade local.

Com a adesão ao Protocolo a Prefeitura se compromete a elaborar o Plano de Ação, onde devem constar suas propostas para o cumprimento das diretivas e o fornecimento de outras informações ambientais. Esse Plano de Ação é composto por Dados do Município, Plano de Metas e o Relatório de Gestão Ambiental – RGA – que aparece no sentido de identificar objetivamente os critérios avaliados.

De fundamental importância é a indicação do interlocutor, representante da Prefeitura Municipal que é o contato da Secretaria de Meio Ambiente com a prefeitura e responsável pela elaboração deste plano e pelo fornecimento das informações. Este interlocutor é um servidor

municipal que fala a linguagem da Secretaria e entende o contexto do estado e dos problemas ambientais.

O projeto Município Verde Azul foi lançado no início do mês de julho de 2007, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, obtendo, logo no primeiro dia, a adesão de 393 municípios. Após a adesão, os municípios foram convocados a fornecer as informações necessárias para o adequado preenchimento dos Planos de Ação Municipal, com dados atualizados sobre a situação local, bem como as metas previstas para o cumprimento das diretivas do Protocolo Verde Azul.

Cada diretiva do Protocolo é avaliada e pontuada, ponderando-se os resultados e calculando uma nota final, denominada IAA -Índice de Avaliação Ambiental, que varia de zero a 100. Os municípios que cumprem as metas e atingem a pontuação mínima (IAA > 80) recebem o Certificado do “Município Verde Azul”. O município mais bem avaliado em cada Bacia Hidrográfica (22 UGRHs) recebe o Prêmio “Franco Montoro”. Municípios que cumprem a “lição de casa” recebem prioridade no acesso aos programas governamentais.

Em 2008 foi realizado o primeiro balanço e atualmente, a Secretaria se prepara para o 2º Encontro do Município Verde Azul para a divulgação do novo balanço dos resultados.

Neste ano de 2009 uma nova rodada de trabalho do projeto se iniciou, com uma responsabilidade maior: a adesão de todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Um dos aspectos mais importantes deste trabalho desenvolvido pelo Projeto Município Verde Azul é a sua interdisciplinaridade, que é evidenciada principalmente nas diferentes diretivas ambientais.

O Município Verde Azul integra outros projetos estratégicos e ações da pasta, como o Criança Ecológica, Ecoturismo, Lixo Mínimo, Mata Ciliar, Respira São Paulo, São Paulo Amigo da Amazônia.

Na diretiva lixo, por exemplo, o foco na melhoria da operação dos aterros sanitários e na coleta de lixo tem resultado em avanços importantes para esta ação e para o Projeto Ambiental Estratégico Lixo Mínimo.

Outro avanço desta política municipal para proteção do meio ambiente é o envolvimento com a gestão dos recursos hídricos, com a Adesão ao “Pacto das Águas”. Trata-se de um documento de compromissos criado em março de 2009, em Istambul, na Turquia, durante o V Fórum Mundial da Água, onde representantes de governos se comprometeram a cumprir metas e elaborar um plano de ação para alcançar uma gestão sustentável dos recursos hídricos, garantindo soluções para as atuais crises globais de escassez de água e falta de saneamento.

O “Pacto das Águas - São Paulo” tem como proposta radicalizar a participação, a descentralização e o alcance de metas estratégicas para que haja uma melhora em relação à qualidade e quantidade das águas. O programa de metas é dividido em três grupos, que são: saneamento, áreas verdes e outros projetos locais, como por exemplo, projeto de revitalização de córregos urbanos e extensão de córregos revitalizados.

O Estado de São Paulo é pioneiro na implantação da política que disciplina o uso e a gestão dos recursos hídricos no Brasil, a democratização do processo de tomada de decisão e a descentralização das decisões são diretrizes marcantes desta política. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são espaços privilegiados, onde órgãos estaduais, municípios, entidades da sociedade civil e usuários debatem questões estratégicas para a melhor gestão das águas.

É o movimento de autoridades locais e regionais eleitas, representadas pelos municípios, consórcios municipais, associações regionais e estaduais de municípios, Comitês de Bacias Hidrográficas e Governo do Estado de São Paulo que têm responsabilidades na gestão das águas, para pactuar e assumir compromissos de respeitar e perseguir os preceitos e demandas contidos no documento intitulado “Consenso de Istambul sobre Água” - a serem alcançados até 2012. Com atuação em parceria com o Projeto Município Verde Azul, até o início de novembro de 2009, houve a adesão de 564 municípios paulistas ao Pacto, enquanto isso, no resto do mundo o número de adesões é de 64.

Na diretiva educação ambiental, cabe destacar as ações que são realizadas em parceria com o Projeto Ambiental Estratégico Criança Ecológica.

O Criança Ecológica tem como objetivo informar crianças do ensino fundamental sobre os conceitos da agenda ambiental. O projeto tem distribuído em todas as escolas municipais da rede pública exemplares do livro “Criança Ecológica – Sou Dessa Turma”, com diversas informações sobre a temática, e o roteiro com orientações para sua implantação na rede municipal de ensino.

Para que o conhecimento sobre boas práticas ambientais pudesse ser disseminado com resultados realmente significativos, criou-se o programa de capacitação dos professores da rede pública. Por meio de encontros regionais de educação ambiental, os profissionais responsáveis pelo ensino público recebem orientação, material didático e informativo para que possam implementar atividades relacionadas à boa conduta ambiental.

Ao total, 402 municípios aderiram à iniciativa, sendo que 120.967 crianças foram envolvidas. As capacitações dos professores resultaram na adesão de 1870 pedagogos da rede pública estadual.

Além dos encontros, o projeto inclui também apresentações da peça de teatro do criança ecológica, que visa o aprendizado fora da sala de aula, momento onde as crianças aprendem como cuidar do planeta. O teatro itinerante faz apresentações em todo o estado de São Paulo e já conta com o envolvimento de 17.000 crianças.

Além da atuação nas escolas, o projeto trabalha também com o desenvolvimento de espaços pedagógicos, instituídos especificamente para o desenvolvimento do Criança Ecológica, visando o aprendizado por meios diferenciados, indo além dos livros. Alguns destes espaços já foram inaugurados, como o Villa Ambiental no Parque Villa Lobos, Bicho Legal no Zoológico, Verde Vivo no Jardim Botânico, Floresta Legal nos diversos parques estaduais e outros ainda aguardam o lançamento. Neste processo, os espaços já em funcionamento já receberam 10.000 crianças, aproximadamente.

Esta iniciativa proporcionou o estreitamento de relações entre as secretarias municipais de meio ambiente e educação, além das prefeituras envolvidas no projeto Município Verde.

Outro destaque é a diretiva mata ciliar, que fomenta a recuperação das áreas ciliares nos municípios, a criação de viveiros e ações para arborização urbana.

Eficiência no uso dos recursos públicos e desburocratização

Um dos grandes aprendizados do projeto é que a priorização de ações viabiliza e facilita a implementação da política ambiental. Por mais simples que possa parecer, estabelecer as prioridades fez uma grande diferença. O foco nos aspectos mais importantes, a integração das ações - replicando lições aprendidas de um município para o outro - com a coordenação do Estado, trouxe resultados relevantes. Muitas vezes, por falta de maiores informações ou desconhecimento sobre os aspectos mais relevantes a serem abordados para uma política ambiental adequada, optava-se por não fazer.

Por meio do Projeto Município Verde Azul, o FECOP – Fundo Estadual de Preservação e Controle da Poluição, principal fundo administrado pelo Sistema de Meio Ambiente teve como principal regra o beneficiamento de municípios comprometidos com as causas ambientais, refletindo no uso eficiente dos recursos públicos.

Em 2008, via FECOP, 80 municípios foram beneficiados com recursos, na ordem de R\$ 13 milhões, para aquisição de caminhão coletor, compactador de lixo, pá carregadeira, retoescavadeira, trator de esteira, triturador de galhos e montagem de unidade de triagem de resíduos domiciliares.

Em 2009, 90 municípios já foram beneficiados com a destinação de R\$ 16 milhões pelo FECOP para melhoria da operação dos aterros, impactando significativamente na melhoria do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos – IQR.

Gestão de pessoas

Com o objetivo de aproximar a Secretaria e os municípios, dar publicidade e divulgação ao projeto e as informações ambientais, e colaborar com as prefeituras municipais instrumentalizando-as para a execução de uma política ambiental eficaz, foram realizados no primeiro ano do projeto:

- 32 Seminários para disseminar o projeto, fornecer subsídios técnicos e geocartográficos, esclarecer dúvidas sobre as 10 Diretivas. Esta atuação envolveu mais de 4.000 pessoas;
- Visitas amostrais para avaliar a aderência do Plano apresentado à realidade local;
- Capacitação dos municípios no que se refere à Diretiva Lixo Mínimo, com interface ao Projeto Estratégico Lixo Mínimo;
- Palestras em Universidades públicas e privadas e nos municípios que as solicitaram.

Após o primeiro balanço em 2008, 40 técnicos do Sistema de Meio Ambiente retornaram aos municípios para capacitar estes interlocutores, indo além das capacitações realizadas, preparando os agentes municipais para a implementação das diretivas do projeto e para a gestão ambiental, reconhecendo boas práticas ambientais. Foram realizados 15 cursos de capacitação, envolvendo 3.135 participantes, cabendo destacar 609 interlocutores, 398 prefeitos, 116 vice-prefeitos e 435 vereadores.

Para o acompanhamento dos Planos de Ação elaborados pelos interlocutores municipais foi criado um sistema específico, *on line*, disponibilizado no www.cetesb.sp.gov.br/municipioverde, onde há necessidade de cadastramento de cada interlocutor, que detém acesso somente aos dados referentes ao seu município. Ao público interessado, as informações detalhadas sobre o projeto e os avanços das ações municipais estão disponíveis no site www.ambiente.sp.gov.br/municipioverde.

Efetividade de resultados

No seu primeiro balanço, realizado no final de 2008, dos 562 municípios que aderiram ao projeto, 332 cumpriram a maior parte das tarefas, o que lhes permitiu auferir uma nota. Destes,

44 foram certificados pela SMA¹, pois alcançaram média igual ou superior a 80, executando ações das dez diretivas. Os principais resultados verificados na gestão ambiental municipal, pelo Projeto Município Verde Azul, foram:

- Aumento de 59% no número de Conselhos Municipais, o que significou a ampliação da participação da sociedade civil na política ambiental municipal, que em 2007 eram 236 e em 2008 passaram a ser 376;
- Aumento de 95% do número de estruturas ambientais criadas nos municípios para trabalhar a gestão ambiental, ampliando de 182 para 356, dados de 2007 e 2008, respectivamente;
- Aumento de 146% de iniciativas municipais de coleta seletiva, aumentando de 181 em 2007 para 446 em 2008;
- Instituição de 280 projetos de conservação e recuperação de matas ciliares;
- 120 municípios com novas ações de educação ambiental nas escolas públicas;
- 281 novas campanhas de combate ao desperdício da água;
- Criação de 216 viveiros municipais;
- 111 novos programas de inspeção veicular;
- 130 novos programas de proteção de nascentes;
- Instituição de 108 novos programas para o combate a comercialização ilegal de madeira de origem amazônica.

Em 2009, 569 municípios encaminharam os planos de ação dos 645 municípios do Estado de São Paulo, comprometidos com metas e programas municipais de gestão ambiental.

Neste momento a equipe do projeto está avaliando os planos de ação, ára divulgação do próximo ranking, que será divulgado no início de dezembro, com as notas dos municípios. Os avanços deste novo balanço, já identificados, são surpreendentes e exemplares para a gestão pública:

- Conselhos Municipais de Meio Ambiente

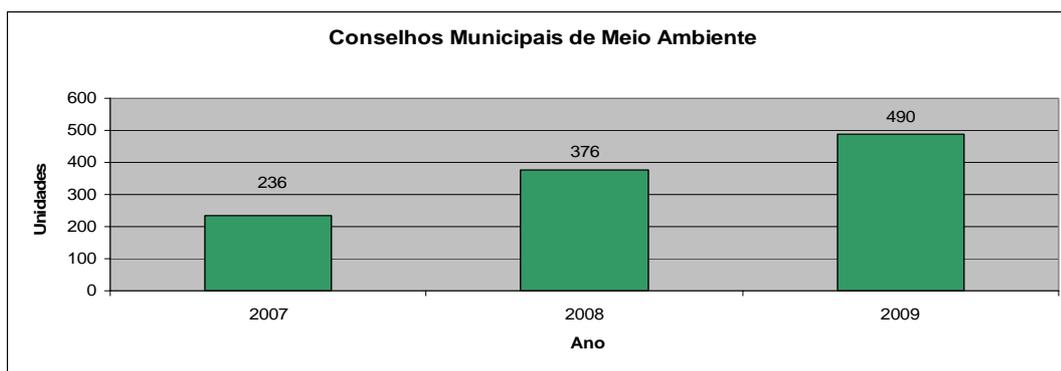
O Conselho Municipal de Meio Ambiente é um instrumento importante para a garantia da gestão ambiental descentralizada, com plena participação da sociedade civil e em efetivo funcionamento. Cabe aos conselhos a manifestação e proposição sobre normas relativas à proteção do meio ambiente, uso e ocupação do solo municipal e licenciamento ambiental de

¹ É possível conferir as notas dos municípios no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente no sítio www.ambiente.sp.gov.br

impacto local, a promoção e o apoio a ações de educação ambiental, fundamental para existir a criança ecológica de hoje e o ecocidadão de amanhã.

Seu exercício, sua composição paritária, caráter consultivo e deliberativo garantem o compartilhamento das decisões relacionadas às questões ambientais por diferentes setores da sociedade, com diferentes interesses, gerando envolvimento e mobilização da população, exercício de democracia e transparência na gestão ambiental do município.

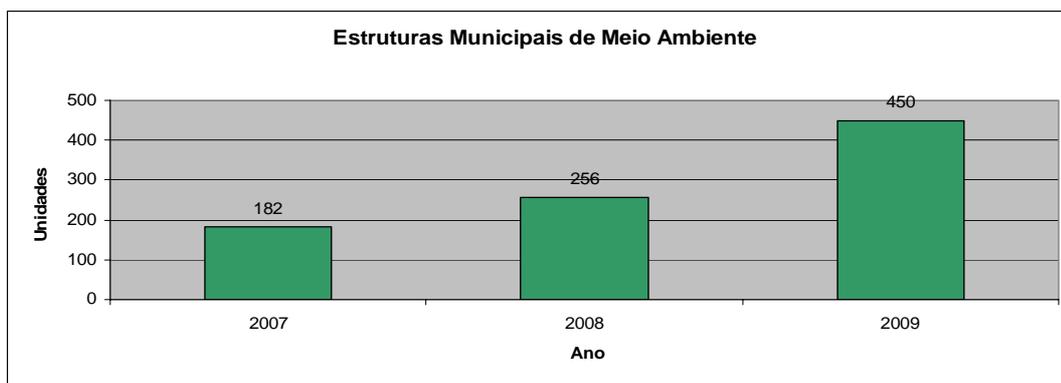
Entre 2007 e 2009 a melhoria pode ser observada no número de conselhos criados:



Fonte: SMA

- Estruturas Municipais de Meio Ambiente

As estruturas municipais de meio ambiente apresentam um avanço no sentido de ter um órgão dedicado a implementar a política ambiental no município, focado no tema, preocupado com suas atividades. Entre os anos, a ampliação do número de estruturas foi a seguinte:



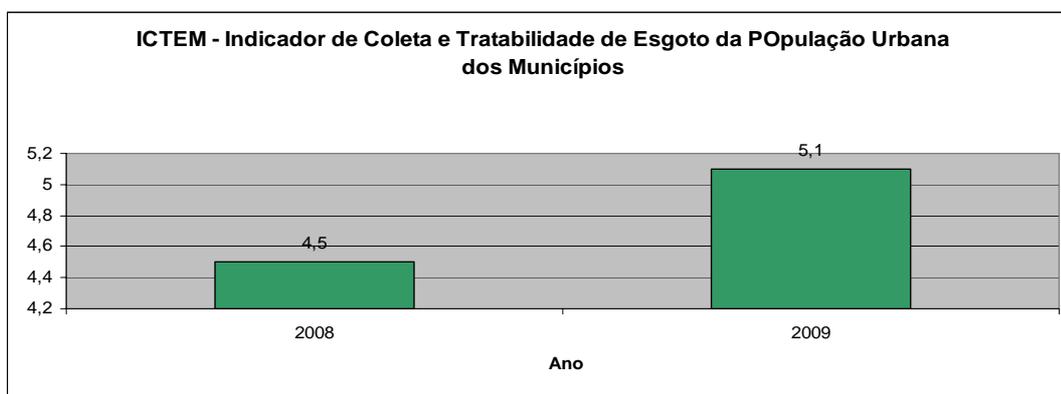
Fonte: SMA

O funcionamento das estruturas executivas e dos conselhos municipais de meio ambiente em todos os municípios do Estado, constitui o sistema paulista de meio ambiente, fortalece o Sistema Nacional de Meio Ambiente e serve de exemplo para todo o país, possibilitando o desenvolvimento sustentável, economicamente viável, socialmente justo e

ecologicamente correto, para a qualidade de vida da população, assegurando um futuro melhor para as próximas gerações.

- Esgoto

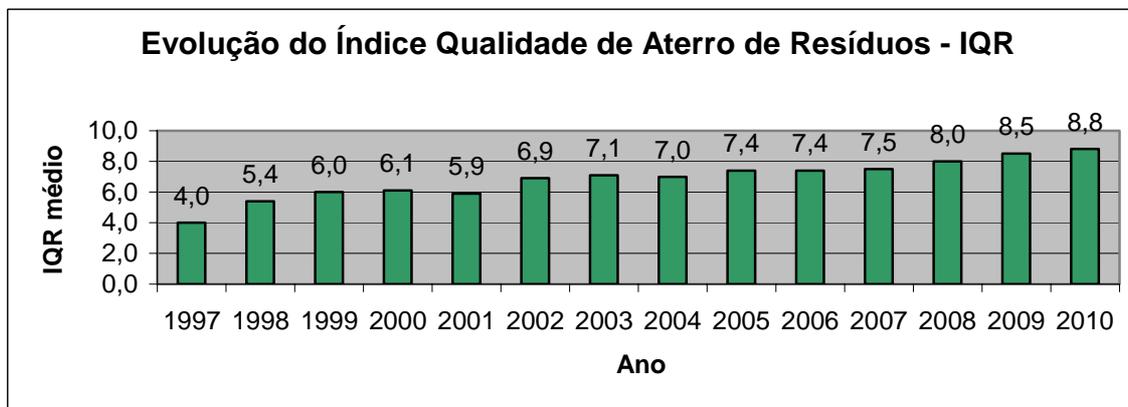
A diretiva do esgoto tem por objetivo proteger os recursos hídricos da carga de esgoto doméstico, assegurando a melhor a qualidade para uso da água. Foi instituído um indicador para acompanhamento e avaliação da implementação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto: ICTEM – Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município. Entre os dois anos que este indicador foi medido, a nota variou da seguinte maneira:



Fonte: SMA

- Lixo

Em parceria com o projeto Lixo Mínimo foi possível obter a redução do número de aterros sanitários inadequados no Estado de São Paulo, a partir da melhoria de sua operação. Dos 143 aterros inadequados no início de 2007 houve uma redução para sete, até o presente momento. A meta é chegar a zero o número de lixões até o final deste ano. A melhoria na nota do Estado de São Paulo, ao longo dos anos, segue abaixo:



Fonte: SMA

- Mata Ciliar

A ação de recuperação de mata ciliar auxilia na delimitação e demarcação das áreas prioritárias de atuação, particularmente na proteção das principais nascentes, formadoras de mananciais de captação de água.

Os dados apontam como os principais avanços:

- aumento de 130, em 2008, para 382, em 2009, de programas municipais de proteção e recuperação de nascentes;
- aumento de 216, em 2008, para 357, em 2009, de viveiros

Promoção da transparência e do controle social

Para ampliar os trabalhos com a sociedade e outros setores envolvidos, além da participação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, os vereadores municipais foram convidados para se envolverem em gestão ambiental e na proposição de políticas públicas ambientais no âmbito da atuação do legislativo.

O envolvimento dos vereadores foi um dos mecanismos criados para a promoção da transparência e estruturação de normas legais que regulamentem questões correlatas ao meio ambiente municipal.

Foram seis reuniões que envolveram 1.294 vereadores, além de 471 prefeitos e 139 vice-prefeitos. A possibilidade de mobilização associada com ampla divulgação das ações e envolvimento do maior número de setores possíveis, amplia a capacidade de transparência e controle social.

Desenvolvimento de parcerias com outras entidades do setor público, social ou privado

Cada vez mais, as ações locais são valorizadas na política ambiental, envolvendo toda a comunidade. Assim procede o Governo do Estado de São Paulo através do projeto Município Verde Azul.

O desenvolvimento de parcerias pode ser percebido em diferentes áreas de atuação, com base no desenvolvimento de atividades ligadas às 10 Diretivas Ambientais, como por exemplo:

- envolvimento das casas de agricultura da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, principalmente nos projetos de recuperação das matas ciliares;

- fomento às compras públicas sustentáveis, a partir da verificação da origem legal da madeira nativa, principalmente amazônica utilizada nas obras públicas das secretarias municipais de obras;

- fomento ao ecoturismo e desenvolvimento regional, realizado conjuntamente com a educação ambiental, pelas secretarias municipais de turismo, cultura e lazer.

Outra ação é o reconhecimento de entidades privadas e membros da sociedade civil que se destacaram no município com propostas ambientais no âmbito local. Em função destas importantes parcerias, quando for divulgado o ranking, será entregue o Prêmio Parceria Verde Azul para os parceiros em destaque.

Gestão ambiental compartilhada. Juntando esforços, há avanço no desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população, associada a uma política de descentralização que não envolve apenas o meio ambiente como outras áreas, entre eles educação e agricultura.

Processo de informações

O Projeto Município Verde Azul propõe o desenvolvimento de ações articuladas entre o Governo do Estado e as prefeituras, estabelecendo formas de gestão ambiental compartilhada com responsabilidades mútuas. O projeto exige o desenvolvimento de competência gerencial nos municípios e, em contrapartida, o Estado, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, oferece apoio técnico e treinamento às equipes das prefeituras.

Os encontros promovidos para a capacitação dos interlocutores, representantes dos municípios junto ao Projeto, são canais efetivos de comunicação e disseminação de informações.

Além disto, os participantes recebem orientações técnicas e sugestões a serem aplicadas em suas cidades, permitindo, inclusive nos encontros regionais, exercerem a troca de experiências e conhecerem casos de sucesso realizados em diferentes localidades.

O objetivo do projeto é fazer com que os municípios criem uma estrutura executiva com capacidade e autonomia para a gestão das questões ambientais locais, envolvendo a Câmara dos Vereadores e as entidades civis, focando na troca de experiências.

Outro ponto é a criação de uma instância, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, de acesso direto dos municípios, onde podem tirar as dúvidas e ter informações técnicas para uma boa política ambiental.

Aprendizado organizacional

O Governo do Estado de São Paulo entende que a política ambiental, para ser efetiva, exige a participação dos agentes municipais, democratizando a gestão pública e descentralizando a agenda ambiental. A tomada de decisões, naquilo que lhe compete, pelas esferas do poder local facilita e estimula a cidadania.

O compartilhamento, entre estado e municípios, do controle da qualidade ambiental propicia maior eficiência à administração pública, favorecendo o desenvolvimento sustentável da economia do estado. Sendo descentralizada, a política ambiental compromete mais amplamente a sociedade com os valores ambientais.

Este processo de integração entre estado, municípios, sociedade civil e população em geral, foi uma etapa importante para facilitar e permitir o fluxo de informações e o intercâmbio de idéias, sendo de grande valia na otimização das ações propostas.

Obviamente o Projeto Município Verde Azul, tendo que atender aos 645 municípios, não pretende resolver todas as questões ambientais ou socioambientais dos municípios e sim mostrar as diversas possibilidades existentes de gerenciamento, além de estabelecer parcerias. A gestão ambiental compartilhada cria uma responsabilidade mútua, estruturando o desenvolvimento de competência gerencial nos municípios, cabendo ao Estado, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente e dos órgãos a ela vinculados, prestar colaboração técnica e treinamento às equipes locais. Os seminários, as capacitações e o sistema *on line* de informações, são comprovados instrumentos implementados que materializam esta proposta.

A integração das ações da Secretaria, do Projeto Município Verde Azul com os demais também foi um dos grandes aprendizados organizacionais, inclusive potencializando os resultados alcançados.

Outro ponto de destaque é a capacidade de mobilização da Secretaria, frente ao papel que exercia anteriormente, quando era, de maneira geral, deixada de lado. Hoje, prefeitos, professores, interlocutores, vereadores, agricultores estão dispostos a aprender com a Secretaria e a ouvir o que tem a dizer, de modo que a Secretaria do Meio Ambiente passa a ser um ente central, mobilizador dos cidadãos e representantes paulistas e fomentador de políticas públicas estaduais e municipais.

Responsabilidade social

Participação, democratização e descentralização: esta é a receita do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul.

Com a gestão ambiental compartilhada, o Governo passou a ter os municípios como fortes parceiros, tomando decisões conjuntas, estimulando ações municipais em prol do meio ambiente e da sociedade. Esta política ambiental descentralizada também visa promover a participação da sociedade na gestão ambiental e, dessa forma, conscientizar a população, transformando-a em atores sociais comprometidos com o desenvolvimento sustentável local.

O avanço obtido com este processo de descentralização fomenta o papel dos municípios no exercício de suas políticas ao mesmo tempo em que exige um papel mais atuante e formulador de políticas do estado. Focando na sua continuidade, estuda-se a incorporação das ações do Projeto Município Verde Azul no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente como uma unidade de gestão.

A proposta de criação de uma área de apoio aos municípios, incorporada na estrutura da Secretaria, tem como objetivo prestar assessoria técnica, fornecimento e divulgação de informações, capacitação e consolidação de uma política ambiental do Estado de São Paulo integrada com as ações municipais, focando na atuação local.

O diálogo aberto, a aproximação e a troca de informações são fatores fundamentais para o sucesso deste projeto. Os resultados obtidos têm tido seu reconhecimento e apoio inclusive de representantes da sociedade civil, entendendo que a qualidade ambiental é um assunto que interessa e que depende de todos os atores sociais e o que torna realmente importante o apoio a iniciativas neste sentido.

A Secretaria de Meio Ambiente acredita que além do bom discurso é preciso a aplicação de ações efetivas. A prática do desenvolvimento sustentável depende de esforços conjuntos, do estado com a participação dos municípios e da sociedade, para a melhoria da qualidade de vida da população. O Estado de São Paulo está avançando em resultados positivos e expressivos na gestão ambiental.